

História, Relatos, Representações

TERRA EM RUÍNAS: MISÉRIA, VIOLÊNCIA E PODER NO CEARÁ NOS RELATOS DE INÍCIO DO SÉCULO XIX

Earth in ruins: poverty, violence and power in Ceará in reports of early nineteenth century

Tierra en ruinas: la pobreza, la violencia y el poder en Ceará en los informes del siglo XIX

João Paulo Peixoto Costa¹

1. Prof. da
Universidade
Estadual do Piauí
e da Faculdade do
Médio Parnaíba

COSTA. J. P. P. Terra em ruínas: miséria, violência e poder no Ceará nos relatos de início do século XIX. *Revista Tempo, Espaço, Linguagem*. Irati, v. 03, n. 02, Mai-Ago. p. 63-79, 2012.

Resumo

A leitura de relatos do início dos oitocentos nos oferecem panoramas analíticos mais complexos das supostas causas da “ruína” em que se encontrava a Capitania do Ceará, além de permitir caracterizar, com esta variedade de opiniões, quais eram os rumos que deveriam ser tomados pelo governo lusitano para civilizar o Ceará.

Palavras-chave

História indígena; história do indigenismo; história do Ceará.

Abstract

The reading of accounts of the early eighteenth century offers us more complex analytical panoramas of the supposed causes of the “ruin” in which one encountered the Capitania of Ceará, besides allowing us to characterize, with a variety of opinions, which were the directions that should be taken by the Portuguese government to civilize Ceará.

Keywords

Indigenous history, history of indigenization; history of Ceará.

Resúmen

La lectura de los relatos del principio del siglo XIX nos ofrecen descripciones analíticas más complejas de las presuntas causas de la “ruina” en la que estaba la Capitanía del Ceará, además de permitir caracterizar, con esta variedad de opiniones, cuáles eran las instrucciones que se deberían tomar por parte del gobierno lusitano para civilizar el Ceará.

Palabras clave

Historia indígena, la historia de indigenización, historia de Ceará.

Introdução

Somente após mais de 100 anos depois do início da colonização portuguesa no continente americano é que as terras que hoje compreendem o Ceará começaram a ser ocupadas pelos europeus. Mesmo assim, a instalação do poderio do império de Portugal se deu de forma bastante irregular, tanto pelas condições naturais e climáticas, como pelos obstáculos impostos pelos povos que habitavam na região. Foi apenas na segunda metade do século XVII que as primeiras vilas foram fundadas na capitania e, mesmo assim, pouco povoadas. Esse quadro de isolamento do Ceará em relação aos centros mais desenvolvidos – como Rio de Janeiro, Recife e até mesmo a metrópole europeia – se manteve durante praticamente todo o período colonial e joanino, sendo comum nos registros dos homens que aqui estiveram o retrato de uma região como um confim arruinado, miserável, perigoso e empestado de índios e criminosos.

Segundo ALBUQUERQUE (2002), “o Ceará durante muito tempo constituiu uma verdadeira Seara indígena, onde os povos nativos – gentios e aldeados – ainda exerciam domínio sobre boa parte daquele território”. Mesmo assim, a violência sobre essas populações crescia de forma constante, muito por conta dos colonos – proprietários de terra, em sua maioria, brancos, que povoaram o território cearense principalmente a partir da segunda metade do século XVII – que os enfrentavam e os recrutavam como força de trabalho, de forma tal que fugiam inclusive da legislação imperial que estabelecia certa proteção para os índios. Esses mesmos proprietários passaram a se configurar como poderosos potentados locais que acumularam uma incontestável autoridade sobre a maioria da população (indígenas,

mestiços e brancos pobres).

Nos discursos dos representantes do governo na capitania, era gritante o caráter belicoso e violento da população em geral – desde os estratos sociais mais inferiores até àqueles mais poderosos – bem como do número de criminosos que aqui encontravam refúgio e “*recebiam acobertamento de fazendeiros poderosos*” (GOMES, 2006, p. 49), que usavam de seus serviços para reforçar o seu poder. O Ceará era visto, de maneira geral, pela elite política do império como um “*imenso ‘certão’ de muitas léguas, território de crimes eivado de delinqüentes e criminosos refugiados, palco de roubos e mortes onde a impunidade grassaria devido às dificuldades de efetuação de prisões e aplicação das justiças reais*” (GOMES, 2006, p. 48).

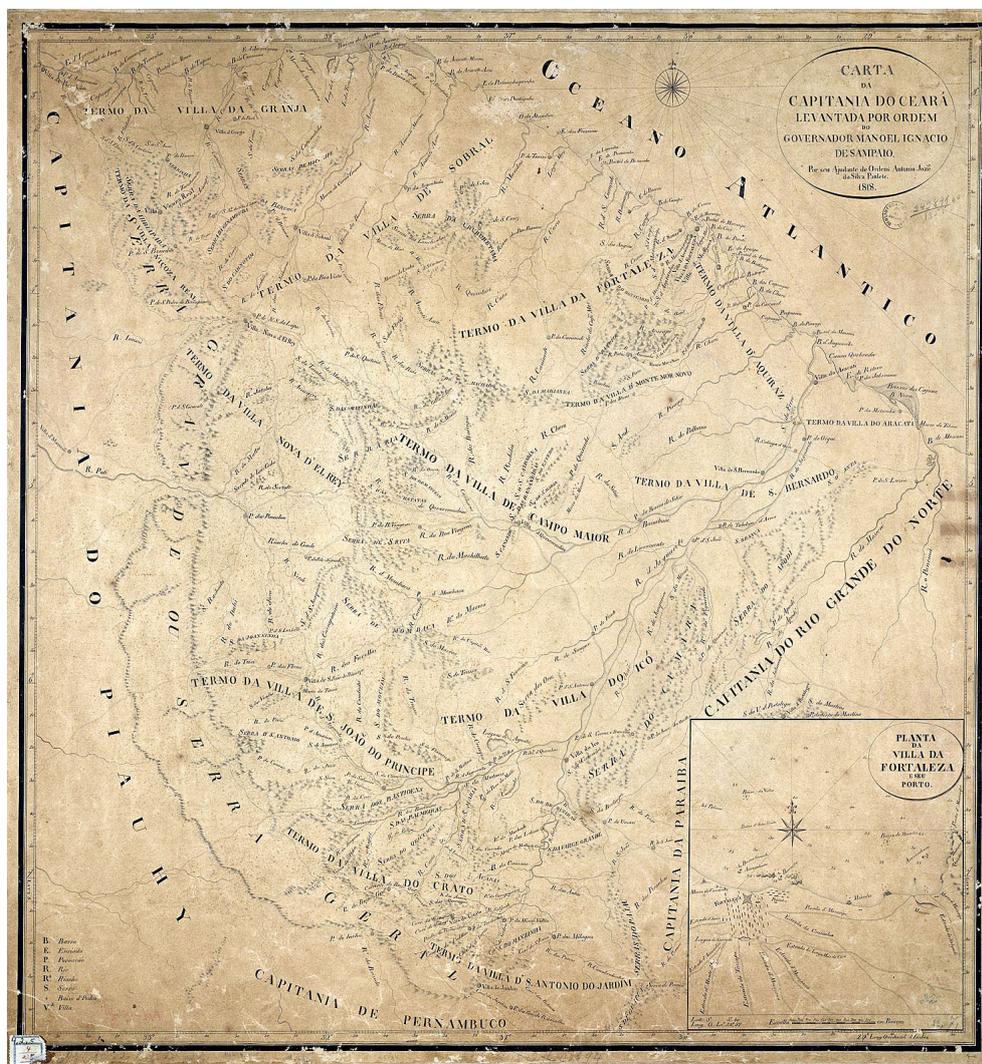
A esse quadro somava-se, na visão dos cronistas coloniais, a situação lastimosa em que vivia sua população mais pobre. Predominantemente rural e sobrevivendo da agricultura, da pesca e da pecuária, os habitantes do Ceará seriam acometidos por condições climáticas e de solo bastante cruéis, além de uma situação de extrema miséria. Para os autores da época, índios, negros, mestiços, brancos pobres e boa parte da elite econômica conviviam constantemente com o isolamento da região, com a falta de recursos naturais e com a violência.

Mas, a partir da segunda metade do século XVIII, os governantes da capitania, um após o outro, passaram a aplicar numerosas práticas em diversas frentes com o objetivo de destruir esse estigma de terra sem lei, tanto no âmbito econômico como no populacional. Tais intentos se inseriram num contexto de transformação imperial encabeçado pelo Marquês de Pombal, que no reinado de D. José I, procurou promover reformas em diversos setores do reino, tanto na metrópole como nos domínios d’além-mar. Diversas “*medidas administrativas tomadas especialmente a partir da década de 1760 tentavam regulamentar o controle social sobre a população, como o impulso da política de ‘alistas militares’, a confecção de mapas populacionais e a imposição do uso de passaportes pelos seus moradores*” (GOMES, 2006, p. 113, grifos do autor).

Em relação ao desenvolvimento econômico, vemos naquele período um forte “*processo de incorporação da população pobre-livre, como produtora de mercadoria*”, especialmente nas lavouras de algodão (PINHEIRO, 2008, p. 189). O governo de Manuel Ignácio de Sampaio, cujo mandato foi de 1812 até 1820, teve provavelmente o caráter mais endurecido de todos dessa época,

uma vez que reforçou políticas de monitoramento dos habitantes e punição daqueles considerados delinquentes e vadios – todos aqueles que não estivessem habitando suas localidades de origem sem a autorização do governo, e que não exercessem trabalho com produção de exedentes –, além do considerável crescimento econômico com a produção algodoeira (COSTA, 2011). Nas análises dos relatos de viajantes e de outras autoridades que escreveram sobre o Ceará naquele início do século XIX, percebemos que na virada para os oitocentos a situação decadente da capitania permanecia muito semelhante, mesmo com todas essas ações governamentais citadas acima.

CARTA da Capitania do Ceará levantada por ordem do Governador Manuel Ignacio de Sampaio, por seu Ajudante de Ordens Antonio José da Silva Paulete, 1818.



Fonte: Fundação Biblioteca Nacional, acervo cartográfico do Arquivo Real Militar.

Três escritos compõem nosso estudo e foram desenvolvidos a partir de observações feitas durante ou poucos anos antes do governo de Manuel Ignacio de Sampaio – um marco nas investidas disciplinares sobre a economia e a população do Ceará. Os autores são de diferentes origens e setores sociais, e conseqüentemente, os objetivos de cada um – bem como o direcionamento de seus olhares sobre essa capitania – variavam bastante. São eles: Luiz Barba Alardo de Menezes, que antecedeu Sampaio no governo e escreveu a *Memória sobre a capitania independente do Ceará* em 1814; Antônio José da Silva Paulet, engenheiro militar do governo Sampaio e autor da *Descrição geográfica abreviada da capitania do Ceará*; e por fim, Henry Koster, comerciante anglo-lusitano que viajou pelo nordeste da colônia portuguesa na América, esteve no Ceará em 1810, e produziu a obra *Viagens ao nordeste do Brasil*.

Manuel Ignácio de Sampaio e Pina Freire.



Fonte: CHAGAS, 1901, p. 281.

Como dissemos, as diferenças são inúmeras entre esses textos, mas as semelhanças também são visíveis. Com todos esses elementos, que se unem e se chocam, se distanciam e se aproximam, foi possível identificar uma pequena parte do emaranhado de pontos distintos que compunham esse estigma que ainda persistia no Ceará por parte das lideranças – autoridades governamentais – e dos intelectuais – principalmente viajantes. Mesmo com fins e perspectivas tão variados, cada um daqueles homens pretendeu elaborar, a sua maneira, um retrato e um diagnóstico próprio para aquele grande sertão. Através do estudo dessas produções, tomaremos por objeto de nossa análise a construção simbólica e discursiva deste Ceará estigmatizado enquanto um objeto pré-construído, cuja imagem de ruína e decadência aparentava evidente e perfeitamente natural (Bourdieu, 1998, os. 28 e 49).

Tais discursos se entrelaçavam também com as visões construídas pelo governo de Portugal ao longo daqueles anos e, juntos, todos esses elementos estiveram diretamente relacionados com a construção da imagem de confinamento daquela região, bem como com as ações dos governos da capitania na passagem do século XVIII para o XIX, que tentaram modificar aquilo que, para eles, seria uma terra em ruínas.

Seca, miséria e morte

Ajusta-se sobre os sertões o catitério das secas;
esterelizam-se os ares urentes;
empedra-se o chão, gretando, recrestado;
ruge o Nordeste nos ermos...
(Euclides da Cunha, *Os sertões*)

As causas associadas à ruína em que vivia a capitania foram bastante variadas em todos os autores aqui analisados – Koster, Paulet e Barba Alardo. Cada um listou e enfatizou fatores mais próximos de suas pretensões ao escrever. Todavia, era constante em todos esses textos a imagem de um lugar que, tendo ou não potencial para um grande desenvolvimento, era acometido por diversas desgraças que iam desde aspectos naturais mal trabalhados – como as características específicas do solo e da pluviometria – ou de sua complexa organização política e populacional. As suas duras condições climáticas são constantes em todos os relatos, e foram associadas ao fracasso de sua econo-

mia e de seu povo. Passam, ainda, a imagem de uma população paupérrima que padecia também por conta das secas violentas que assolaram a região, impedindo igualmente que se desenvolvesse de forma expressiva a produção econômica.

Os trechos do relato de Silva Paulet que tratam de eventos que viu ou ouviu sobre “*o habitantes dos sertões flagelado de continuas sêccas*” (PAULET, 1898, p. 6) revelaram a dureza e o alto índice de mortalidade daquela região. Sobre as secas de 1809 e 1810, e outra em 1814 (durante o governo Sampaio), muitas “*fazendas ficaram inteiramente dezertas de gados*”, e em “*tal extremo os habitantes do sertão morrem á míngua por falta total de mantimentos, e até dos meios de os ir buscar aos portos de mar, donde sempre os ha, vindos de Pernambuco*” (PAULET, 1898, p. 6). Acerca da “espantoza” seca de 1790-1792 se via, segundo o autor, “*trocar um meio de sóla por uma bolaxa*”, tamanha era a miséria em que se encontrava essa população sertaneja. Prosseguindo sua descrição sobre este quadro de penúria, Paulet acrescentou que era “espectaculo lastimozo em taes annos encontrar pelas estradas a poucos passos corpos mortos de pessoas, que do interior fogem para a beira mar; retirada em que perecem em caminho exhaustos de força, pela falta de matimentos” (PAULET, 1898, p. 10).

Tal miséria da população proveniente das rigorosas condições climáticas se agravava, segundo o autor, pelo “mal entendido sistema de agricultura” que era utilizado comumente nestes sertões. Talvez por uma falta de assistência ou vigilância do poder público, Paulet afirmou que era uma prática dos sertanejos “*derrubar todas as matas para semear novos terrenos, aonde ha lavouras*”, além do “*abuso de lançar por terra as arvores so para colher os favos de mel, que as abelhas nêllas fabricam*”. Essas ações depredatórias e sem monitoramento teriam, segundo ele, “*dissipado muitos principios de humidade e acarretado uma quazi não interrompida series de annos secos*” (PAULET, 1898, pp. 9-10).

O conteúdo do registro deixado pelo inglês Henry Koster não diferia muito das posições de Paulet. Durante sua passagem pela Vila da Fortaleza observou que, mesmo tendo o lugar edifícios públicos “*limpos e caiados*”, sendo “*perfeitamente adaptados aos fins que se propõem*”, a “*pobreza do solo em que esta Vila está situada*” e as “*terríveis secas*” afastavam “*algumas ousadas esperanças no desenvolvimento de sua prosperidade*” (KOSTER, 2003, p. 173). O comerciante também registrou em seus escritos os graves danos que o

clima causava na capitania e em sua população. Para ele, o “*aspecto geral das terras derredor do Ceará é árido*”, e a seca que a região enfrentara anos antes da passagem de Koster “*fora tamanha que a fome já ameaçava, e a miséria seria excessiva se não houvesse chegado um navio do sul carregado com farinha de mandioca [...]. O fato demonstra que a escassez era verdadeiramente angustiada*” (KOSTER, 2003, p. 182). Ainda sobre as devastadoras estiagens que assolavam a região, o autor registrou a “*situação péssima*” em que se encontravam Pernambuco e suas capitanias anexas (Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte foram capitanias anexas a Pernambuco até a segunda metade do século XVIII).

[...] por uma estação sem chuvas, mas a extrema penúria é produzida por dois anos sucessivos de estio. Durante o segundo ano, os moradores morriam ao longo das estradas. Famílias inteiras se extinguíram. Vários distritos se despovoaram. A região esteve neste estado terrível em 1791, 1792 e 1793, pois esses anos passaram sem que as chuvas fossem suficientes. Em 1810, podia-se procurar víveres, embora por preços exorbitantes [...] (KOSTER, 2003, pp. 188-198).

Vemos que a passagem acima confirma o que registrou PAULET em sua *Descrição* acerca dos aspectos assustadores relativos àquele período, como os corpos de retirantes que padeciam nas estradas em busca do litoral. Todavia, para KOSTER, não somente pessoas, mas até “famílias inteiras” perdiam as vidas por falta de chuvas e da inevitável miséria. Em outra passagem, quando relatou a sua saída do Ceará, encontrou já próximo ao Aracati uma choupana onde habitava dois meninos de “aparência lastimosa”, e que lhe mostraram um pouco de massa de miolo de carnaúba que seus pais tinham ido procurar: era “*essa substância a que esse povo paupérrimo está reduzido como meio de alimento, ajuntando, ocasionalmente, um pouco de carne ou de peixe fresco*” (KOSTER, 2003). Em seguida, contou que Feliciano, um índio que o acompanhava como ajudante, havia escondido os suprimentos da tropa com couros, “*dizendo que se continuássemos viajando sem ocultar-lhes o conteúdo, podíamos ser obrigados, em qualquer povoação, a satisfazer o povo, repartindo entre os necessitados. Ele [Feliciano] não sabia [...] que esta região estava em tal estado de penúria*” (KOSTER, 2003, pp. 193-194).

Diferindo bastante das duas descrições apresentadas acima, no ponto

de vista de Luiz Barba Alardo de Menezes, em relação aos aspectos naturais da capitania, o Ceará, mesmo caracterizado por uma terra seca, possuía muitas vantagens e grande potencial produtivo. Ex-governador, o autor escreveu sua *Memória* ao próprio rei de Portugal em 1814, admitiu que até o final do século XVIII aquela região era “*desconhecida e considerada árida e estério*”. Essa impressão esconderia, segundo ele, uma região possuidora de:

[...] infinitas ribeiras, e immensas serras de prodigiosa produção de todos os generos, especialmente de algodões, excellentes aguas, saborosos fructos, e os seus ares talvez sejam os melhores deste continente [...] o grande numero de pessoas, que tem avançada idade (MENEZES, 2007).

Mas essa suposta “riqueza” natural que se via na capitania não foi suficiente para fazê-la crescer economicamente, mesmo tendo tido no início do século XIX “*um aumento na sua agricultura, e “muito mais ainda o seu commercio*” (MENEZES, 2007, pp. 39-40). Para Barba Alardo de Menezes, o motivo da ruína desses sertões não estava nas suas condições climáticas, por mais duras que fossem. O real motivo era, para ele, algo que também estava presente nos outros relatos analisados: a situação de extremo abandono em relação ao poder central em distintos aspectos, expressos nas péssimas condições dos prédios públicos, na produção econômica insignificante, na falta de controle populacional, nos poucos funcionários do judiciário e no alto número de criminosos a vagar e aterrorizar pelo território.

Um poder distante

A imagem de decadência expressa nos relatos desses homens que viajaram pelos sertões do Ceará muito se explicava pelas duras condições a que eles foram obrigados a passar, além da imagem arruinada dos prédios públicos, habitações e outras construções nas vilas e povoações. Ao chegar em Fortaleza, KOSTER registrou a simplicidade das construções e do lugar, cujas “casas têm apenas o pavimento térreo” e com ruas que não possuíam calçamento. A fortaleza que deu nome à vila consistia “*num baluarte de areia ou terra, do lado do mar, e uma paliçada, enterrada no solo, para o lado da Vila, e o porto era “exposto e mau*” (KOSTER, 2003, pp. 172-173).

“dados ao maravilhozo”, querendo “*sempre achar o grande, no terreno em que habitão, por estabelecimento, ou em que são empregados*”, como era o caso de Menezes. Para o autor, esta capitania se encontrava em tal ruína precisamente pela soma das “*cauzas fisicas que dificultão o adiantamento d’este terreno*” com a sua má de distribuição administrativa (PAULET, 1898, p. 30), que contava com “*uma só comarca*” – *escondendo uma situação de “pouca importância em relação á sua extensão e quantidade de villas – além de um “mal entendido sistema de distrito”* (PAULET, 1898, pp. 5-6).

Mesmo tendo amenizado a precária situação em que vivia a região, as observações acerca da desorganização político-administrativa do Ceará também estavam presentes na *Memória* do ex-governador. Um dos grandes problemas enfrentados pela capitania, e que apareceu insistentemente em sua obra, foi o insuficiente número de autoridades do judiciário na região. Para ele, o “*termo da Fortaleza só por si não é sufficiente para a necessaria subsistencia do juiz de fora d’aquella villa*”, e por outro lado, era “*urgente a necessidade da “capitania de mais juizes de fora”*” (MENEZES, 2007, pp. 36-37). De acordo com Menezes, a violência e a impunidade que grassavam estes sertões eram reflexos da má distribuição do poder imperial pelo território:

[...] dando as justiças mutuamente as mãos e da mesma sorte a tropa serião inviolavelmente observadas as leis, as autoridades conservariam todas o seu devido decoro e respeito, os delinquentes não ficariam impunes, os facinorosos que infestão as desamparariam, desvaneciam-se as intrigas, e até os povos com mais socego e tranqüilidade, animariam a sua abandonada agricultura e seu commercio amortecido. Finalmente multiplicar-se-hião as villas á imitação das parochias, como é indispensavel em tão vasta capitania para a civilização dos seus habitantes, aonde não convem estejam dispersos, sem educação, nem religião, e do mesmo modo [...] não devem estar apinhoadas em um tão pequeno numero de villas, aonde se forjão, de ordinario, as maiores cabalas, e escandalosos monopolios de refinado egoísmo, que só desejam para si os empregos e as riquezas, e pisar os indigentes (MENEZES, 2007, p. 38).

Neste trecho do relato de Luiz Barba Alardo de Menezes, podemos

visualizar o grande número de males provindos do pouco alcance que tinha o poder real naquelas paragens. O alto grau de delinqüência e violência, a agricultura e o comércio abandonados e amortecidos (mesmo com aumento em 1808, indicado pelo mesmo autor), a dispersão e pouca civilização dos habitantes e, por fim, os “escandalosos monopólios” dos potentados locais que “pisavam os indigentes”: todos, frutos de uma presença que se fazia pouca – ou não se fazia – da justiça e do próprio nome do rei de Portugal nos sertões do Ceará.

No entender de PAULET, cujo relato também abordava questões ligadas à criminalidade tida como crônica no Ceará, esses problemas estariam ligados também a uma característica dos costumes dos habitantes. Para o engenheiro, a população da capitania não poderia fazer grandes progressos pela soma de vários fatores: por um lado, motivos ligados aos aspectos naturais da região, como as “*emigrações continuas, ocorrência de sêcas*” e o “*padecimento de moléstias dahi provindas*”. Mas, além disso, era preciso se levar em conta:

[...] a preguiça [...] a facilidade de se manter de furto de gados, a frequência dos crimes de morte” e a impunidade, causada também “pela indiferença com que os habitantes olham para os crimes de morte e a prontidão com que acoitam e dão passagem aos criminosos (PAULET, 1898, p. 13).

Além disso, as fazendas serviam apenas como “*valhacouto a vadios, que a titulo de criação de gados vivem sendo damninhos, e ladrões nas fazendas vizinhas*” (PAULET, 1898, p. 9). Em outro momento de seu texto, Paulet argumentou que era difícil superar os desafios da natureza da região por conta das “*circunstâncias moraes*” de seus habitantes, “*dada a péssima educação popular que recebem, pouco amor ao luxo bem entendido, nenhum horror ao crime, com que tanto se tem familiarizado, que é ponto de honra e caprixo defender e acoitar o homicida*” (PAULET, 1898, p. 30). Dessa forma, o autor pinta um quadro daquele Ceará oitocentista marcado não só pela violência, mas também pela impunidade em que viviam os criminosos, somada também à “boa convivência” que tinha com a população. Esse povo “pouco civilizado”, assim caracterizado por sua “indiferença ao crime”, pela sua “preguiça” típica e pelo “pouco amor ao luxo bem entendido”, ou seja, aos bens materiais, era acometido, na verdade, por uma “péssima educação”. Mesmo levando seu argumento principalmente para o aspecto “natural” do povo e do território cearense, o

engenheiro também percebe uma ausência do poder imperial, seja no âmbito da permissividade – como revelava, segundo ele, a impunidade e a ascensão de potentados nos sertões – como na falta de assistência à formação “moral” da população.

Essa associação era ainda mais explícita no texto de Henry Koster, que no seu entender, era a desorganização no âmbito judiciário a grande causadora dos males ligados à violência da região. Para o autor, a administração da justiça no sertão era “geralmente falando, muito mal distribuída”:

Muitos crimes obtêm impunidade mediante pagamento de uma soma de dinheiro. Um inocente é punido se interessar a um rico fazendeiro enquanto o assassino escapará se tiver a proteção de um patrão poderoso. Essa situação é mais devida ao estado feudal nessas paragens que à corrupção dos magistrados, muito inclinados a cumprir seu dever, mas vêem a inutilidade dos esforços e a possível gravidade para eles mesmos (KOSTER, 2003, p. 177).

Segundo KOSTER, a situação era tão grave que mesmo os poucos profissionais que trabalhavam como representantes do poder real tinham suas ações limitadas pelo medo, causado pela presença incontestável dos poderosos donos deste quase “estado feudal”. A verdadeira lei que existia era a que provinha dos donos dessas terras, que estendiam seu poder até aos homens e inclusive aos representantes da coroa.

Um dos exemplos relatados por KOSTER, e talvez um dos mais significativos do “poder paralelo” de famílias dessa região, foi o dos Feitozas, donos de vastas terras no sertão dos Inhamuns e também no Piauí. De acordo com o autor, um de seus representantes, João Carlos Feitoza, acreditava estar:

[...] inteiramente fora do alcance de qualquer castigo, recusando obediência às leis, tanto civis como criminais, fossem quais fossem. Vingavam pessoalmente as ofensas. Os indivíduos acusados eram assassinados publicamente nas aldeias do interior. O pobre homem que recusasse obediência às suas ordens estava destinado ao sacrifício e os ricos, que não pertencessem ao seu partido, eram obrigados a tolerar em silêncio os fatos que desaprovavam. [...] Os desertores eram

bem recebidos por ele e os assassinos que haviam cometido o crime vingando injúrias (KOSTER, 2003, p. 184).

Na ausência de algo que impedisse suas ações, João Carlos Feitoza, assim como muitos outros poderosos nos sertões do Ceará, agia impunemente, impondo sua própria vontade e inclusive punindo ao seu modo aqueles que os desobedecessem. Com o fortalecimento do poderio desses homens, e de igual forma com o distanciamento do alcance do poder monárquico, surgiam formas de fazer justiça que não se alinhavam com o que ordenava o Estado monárquico. Os assassinatos, as brigas por poder e a cooptação de matadores protegidos por grandes fazendeiros compunham, na visão dos cronistas que passaram pelo Ceará do início do século XIX, um mosaico de ruína e decadência, juntamente com uma economia insignificante e com uma crescente miséria em meio à maior parte da população.

Considerações finais

Ao analisar essas obras oitocentistas, foi possível visualizar uma região tão grandemente desolada, em tantos aspectos, que se torna difícil o trabalho de caracterizar as formas com que cada grupo social convivía com esses cotidianos de penúria, seca, violência e morte. Até o estado de abandono das construções nas vilas aqui trabalhadas – e de muitas outras não apresentadas neste trabalho – também formam a imagem de um Ceará que, mesmo tendo passado por diversas mudanças em suas práticas governamentais, ainda permanecia à margem do império. Na visão desses cronistas, as ruínas daquela terra, que vinham desde os setecentos, ainda perduravam no século XIX.

Mesmo com tantos testemunhos de desolação, pudemos concluir que as obras aqui analisadas não visaram apenas acentuar o estado calamitoso que, para eles, vivia aquela periferia de Portugal. Ao registrar seus testemunhos do que viram, com tão diferentes objetivos e pontos de vista, os autores estavam, acima de tudo, também construindo diagnósticos próprios para as causas de tantas desordens políticas, econômicas e sociais “nestas incivilizadas regiões” (KOSTER, 2003, p. 188). Se, de acordo com os cronistas, o Ceará estava indubitavelmente arruinado em tantos aspectos, uma entre tantas causas e explicações era de fato a mais fundamental: o abandono do poder monárquico naqueles sertões, ou ainda, a ausência do próprio rei.

A falta sentida por esses autores não era a da presença física do monarca, mas principalmente do exercício do poderio imperial represen-

tado por uma administração organizada, por uma justiça vigilante e rigorosa e de um governo que desse uma real assistência tanto à produção econômica quanto ao povo que padecia com a miséria e a fome. Tantos outros possíveis motivos também são levantados nos textos que estudamos aqui, como as condições extremas da natureza e a “falta de educação” daquele povo “incivilizado”. Todavia, os novos rumos tomados pelos governos do Ceará desde o final do século XVIII – reflexo de redirecionamentos a nível imperial – e que tiveram grande impulso no período em que estas obras foram produzidas – no governo de Manuel Ignácio de Sampaio – buscavam gerenciar de forma mais eficiente aqueles variados setores considerados desassistidos. O próprio poderio dos potentados locais se explicava pela falta de um governo que impusesse sua vontade e limitasse suas ações.

Esses novos direcionamentos governamentais para esta periferia portuguesa apontam para uma situação onde, mesmo fazendo parte do império lusitano e estando dentro de seu território, não havia um governo de fato. Na visão da elite político-intelectual, os danos avassaladores da seca e a “incivilidade” de sua população não eram as verdadeiras explicações da situação calamitosa de violência, impunidade, improdutividade e miséria. Ao contrário, esses elementos faziam parte desta conjuntura de ruína em que vivia o sertão, justamente por *ser tão* distante – não só geograficamente – do rei e de sua justiça.

Referências bibliográficas

ALBUQUERQUE, Manuel Coelho. **Seara indígena**: deslocamentos e dimensões identitárias. 2002. Dissertação Mestrado em História). Fortaleza, Universidade Federal do Ceará.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

CHAGAS, Manuel Pinheiro. **História de Portugal. Popular e ilustrada**. Lisboa: Empresa da História de Portugal – Sociedade Editora, 1901.

COSTA, João Paulo Peixoto. A disciplina nos sertões: Manuel Ignácio de Sampaio e um projeto de civilização no Ceará (1812-1820). *Revista História*, vol. 1, n. 2, 2011.

GOMES, José Eudes Arrais Barroso. **Um escandaloso teatro de horrores**: a capitania do Ceará sob o espectro da violência (século XVIII). 2006. Mono-

grafia (Bacharelado em História). Fortaleza, Universidade Federal do Ceará.

KOSTER, Henry. **Viagens ao nordeste do Brasil**. Rio de Janeiro/São Paulo/Fortaleza: ABC Editora, 2003

MENEZES, Luiz Barba Alardo de. **Memória sobre a capitania independente do Ceará grande escripta em 18 de abril de 1814 pelo governador da mesma, Luiz Barba Alardo de Menezes**. In: *Documentação Primordial sobre a capitania autônoma do Ceará*. Coleção Biblioteca Básica Cearense. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1997.

PAULET, Antonio Jozé da Silva. Descrição Geográfica Abreviada da Capitania do Ceará. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, t. XII, 1898.

PINHEIRO, Francisco José. **Notas sobre a formação social do Ceará: 1680-1820**. Fortaleza: Fundação Ana Lima, 2008.

Recebido em: 17 de Fevereiro de 2012.

Aprovado em: 14 de Agosto de 2012.